

A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM PANORAMA ENTRE O TEÓRICO E O VIVENCIAL

Yasmin Chagas de Oliveira ¹

Leila Andrade ²

Gabriely Gomes ³

Mayara Oliveira ⁴

RESUMO

Tomando como ponto de partida a necessidade de garantir a efetivação da gestão democrática nas escolas através de seus princípios básicos norteadores (participação, pluralismo, autonomia e transparência) perante a atual conjuntura política, social e educacional que vivemos, a presente pesquisa objetivou refletir sobre a existência, a consolidação e a visibilidade do princípio da participação através da relação escola-família em um CMEI da Zona Oeste do Recife. Para este fim, definimos o princípio da participação como a construção de projetos educacionais a partir da mediação da coletividade, onde todos os participantes têm a oportunidade de desenvolver de forma conjunta ações que visam a melhoria da educação. Como aparato metodológico, adotamos a pesquisa de campo, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Foram levados em consideração os estudos sobre o princípio de participação coletiva buscando compreender os instrumentos, dentre eles o Projeto Político Pedagógico, que fazem da gestão escolar uma gestão democrática. No decorrer do trabalho, concluímos que o CMEI tem uma postura excelente quanto à relação escola-família, assegurando o princípio da participação coletiva tanto em seu PPP quanto nas práticas vivenciadas no dia a dia.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; participação; efetivação; família-escola.

INTRODUÇÃO

Se considerarmos a gestão como o ato de gerenciar e buscar garantir o pleno funcionamento de uma instituição ou entidade, assegurando uma estrutura de qualidade e uma boa administração de seus recursos materiais e humanos, a gestão educacional torna-se específica em relação às demais na medida em que suas demandas se referem à educação em nível macro. Por conseguinte, a gestão escolar preocupa-se com o esforço humano no que tange as condições de organização dos ambientes escolares propriamente ditos no nível micro.

Além disso, a gestão escolar é responsável pela criação de um projeto pedagógico que norteie a sua prática. Sendo essa prática a materialização da identidade da escola, para a sua construção faz-se necessária à participação de todos os sujeitos envolvidos pela mesma. Foi nesse sentido que a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal- PE, yasminchagas83@gmail.com;

² Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal- PE, leilac_andrade@hotmail.com;

³ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal- PE, gabiyygomes55@gmail.com;

⁴ Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal- PE, mesoliveiraaa@gmail.com;

inovaram, trazendo o princípio de gestão democrática como obrigação às instituições públicas de ensino do país e passando a apoiar-se na mesma para reger a gestão educacional nacional no nível macro. É através do princípio de gestão democrática que, como o próprio nome denuncia, a vontade de todas as pessoas envolvidas no processo educacional, ou da maioria delas, é contemplada e garantida de maneira horizontal e não hierarquizada.

A gestão democrática do ensino é uma forma dos indivíduos envolvidos na instituição exercerem sua cidadania e sua liberdade de expressão, compartilhando e agregando conhecimentos múltiplos. Para tanto, a gestão democrática é firmada em princípios que visam à garantia de sua principal premissa: a de ofertar oportunidades de aprendizagem e experiências na área da educação de acordo com a necessidade singular de cada estudante. Esses princípios, por sua vez, são a participação, o pluralismo, a autonomia e a transparência. Para a realização do presente trabalho, focaremos no princípio da participação.

Podemos definir o princípio da participação como a construção de projetos educacionais a partir da mediação da coletividade, onde todos os participantes têm a oportunidade de desenvolver de forma conjunta ações que visam a melhoria da educação. Nesse coletivo estão inclusos pais e responsáveis, equipe de gestão, funcionários da escola, docentes, discentes e a comunidade na qual a instituição está inserida.

Considerando o exposto, a presente pesquisa objetivou refletir sobre a existência, a consolidação e a visibilidade do princípio da participação através da relação escola-família em um CMEI da Zona Oeste do Recife, visto que consideramos que é a partir dessa relação de educação partilhada que o processo de ensino-aprendizagem passa a ser significativo para o discente. Como aparato metodológico, adotamos a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica e documental. Para a realização destas, fizemos uso de observações participantes, entrevistas não estruturadas e nos debruçamos sobre os referenciais teóricos através de resumos e fichamentos.

O campo de observação é um Centro Municipal de Educação Infantil da rede municipal de Recife localizado no bairro do Curado que atende do berçário ao Grupo 5. Contando com 6 turmas no total, a escola atende desde bebês até crianças de 5 anos, faixa etária comum ao Grupo 5, e funciona nos dois turnos. As turmas do berçário ao G3 têm atendimento integral que inicia às 07h e vai até às 18h, enquanto a única turma do G4 tem atendimento somente durante a manhã, entre 07h30 e 11h30, e a única turma do G5 tem atendimento somente durante a tarde, no período das 13h30 às 17h30.

A instituição é organizada por salas-ambiente, dentre as quais estão a Sala de Artes, a Sala de Faz de Conta, a Sala de Letras e Números e a Sala de Movimento. Durante toda a

semana, os grupos do 1 ao 5 se revezam entre as salas, dando oportunidade às crianças de participar de atividades com diferentes aspectos e finalidades e de explorar diferentes tipos de conceber conhecimento. Somente a turma do berçário tem uma sala fixa.

Em toda a instituição é possível visualizar que os ambientes e o mobiliário que compõem a escola são adequados às crianças, desde a altura das privadas até a disposição dos brinquedos e dos murais, por exemplo. Na Sala de Faz de Conta, estão sempre à disposição das crianças os mais variados tipos de brinquedos, diversas fantasias e livros infantis. A única sala que dispõe de cadeiras e mesas mais comumente formais é a Sala de Letras e Números, sala referência dos Grupos 4 e 5. As professoras buscam sempre se adequar às crianças, sentando-se no chão e convidando-as a explorar o ambiente. Os painéis, os murais e as exposições produzidas tanto pelas crianças quanto pela equipe de gestão e pelos docentes também estão sempre ao alcance das crianças.

É notória a relação de horizontalidade que vai desde o porteiro até a comunidade contemplada pela escola. Todos os funcionários conhecem os nomes de todas as crianças e elas também os conhecem. Como poucas que conhecemos, a escola é aberta à entrada dos pais durante o momento de acolhimento que acontece na chegada das crianças pela manhã, o que permite a criação de um vínculo maior de familiaridade e de envolvimento entre a família e a escola.

O entorno da escola é caracterizado principalmente pela existência do campus central da Universidade Federal de Pernambuco, de onde vem grande parte do público atendido pela escola. Apesar de ter aderido às matrículas online, a escola ainda demanda parte das matrículas a professores e alunos vinculados a UFPE. Além disso, a prática da escola também é fortemente influenciada pela presença da universidade em suas mediações, uma vez que as duas consolidaram uma relação muito positiva de troca de conhecimentos e experiências.

Desta forma, esse trabalho é considerado relevante uma vez que a gestão da escola é um dos pontos centrais necessários para o bom funcionamento e organização, pedagógica, administrativa, financeira e social da escola. Entender os aspectos, dentre eles o Projeto Político Pedagógico, que fazem da gestão escolar uma gestão democrática é essencial para a construção da mesma.

METODOLOGIA

Como método de pesquisa de campo, optamos pela história oral e pela técnica da entrevista não estruturadas, da observação, análise documental e, ainda, pelo registro do espaço através de fotografias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A reorganização da sociedade brasileira resultado da promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe avanços para a educação e (re)organização da escola, compreendendo a educação na perspectiva do direito humano e social, conseqüentemente, culminando, na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9396/1996 que define as políticas públicas, sociais, sobretudo, educacionais que circundam a sala de aula. A compreensão da educação enquanto direito desencadeou a criação de mecanismos democratizantes e de participação que garantam a educação e a proteção deste direito, dentre eles o Projeto Político Pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico da escola se constitui enquanto um instrumento de organização da escola em duas dimensões. A primeira enquanto um requerimento formativo legal, uma vez que está previsto na Lei 9394/1996 como uma exigência dos estabelecimentos de ensino em elaborar e executar suas propostas de ensino, “é político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade” (ANDRÉ, 2001, apud FICAGNA, 2009, p. 28).

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

A segunda, em uma dimensão pedagógica, pois, tendo a educação uma finalidade, este reflete a intencionalidade da escola, de modo a ajudar a enfrentar os desafios postos no cotidiano escolar, uma vez que “possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável comprometido, crítico e criativo” (VEIGA, 1998, apud FICAGNA, 2009, p. 28).

O PPP ganha visibilidade na escola na medida em que é ao mesmo tempo uma concepção e também é uma prática/ação, configurando-se como elemento identitário das escolas, dando identidade às mesmas em suas singularidades e contextos. Além disso, compreende a concepção do campo da prática, dos sujeitos e do conteúdo educativo, ao respeitar os contextos das escolas. O Projeto Político Pedagógico “toma forma de discurso, de uma

proposta escrita e configuração da prática. É um convite ao pensar – pensar coletivo – que desafia a capacidade e competência criadora para o fazer pedagógico coletivo” (SANTIAGO, 2009).

Diante disso, a escola precisa ser um espaço de estudo, reflexão e de exercício da criticidade tendo sua organização construída por um trabalho coletivo que envolve a comunidade interna e externa que compõe o âmbito escolar. Assim, com vistas a construir um Projeto Político Pedagógico que valorize a reflexão sobre a prática cotidiana dos seus atores sociais, seja individualmente ou coletivamente, tornando-o um instrumento de democratização e participação coletiva, de modo a construir uma gestão democrática no seio da instituição escola.

O Projeto Político Pedagógico ao se efetivar como prática democrática de decisões deve ser capaz de garantir a participação de todos os membros da comunidade escolar- gestores, docentes, funcionários, alunos, família e demais representantes da comunidade escolar-, de modo que estes assumam o protagonismo civil e o papel de corresponsáveis no projeto educativo da escola e, conseqüentemente, da comunidade escolar. Logo,

é importante levar em consideração os comportamentos, as opiniões, as ações e as formas de relacionamento entre indivíduos que fazem parte da escola, lembrando que a cultura de cada indivíduo influencia e contribui para a cultura organizacional da qual o indivíduo participa (Aguiar, 2007, p.48-49)

A democracia se afirma no momento em que a comunidade escolar tem participação nas atividades da escola. A escola vinculada à comunidade deixa de ser um espaço isolado da sociedade e passa a ser um ambiente de socialização e partilha de ideias e construtor de novos saberes, tornando-se um espaço social, político, cultural e coletivo de participação e produção do conhecimento. Nesse sentido, “a participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida escolar” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2009 p. 330)

A gestão democratizada da escola autônoma consiste na mediação das relações intersubjetivas, compreendendo, antes e acima das rotinas administrativas: identificação de necessidades; negociação de propósitos; definição clara de objetivos e estratégias de ação; linhas de compromissos; coordenação e acompanhamento de decisões pactuadas; mediação de conflitos, com ações voltadas para a transformação social (BORDINGNON, GRACINDO, 2004, p. 164).

Nesta perspectiva, vemos o princípio da participação e de gestão democrática sendo reforçando por vias legais, na LDB nº 9394/1996, no artigo 14 em que define

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Logo, o PPP se constitui como um instrumento democrático de trabalho, um processo coletivo de investigação pedagógica e desenvolvimento profissional que se realiza numa perspectiva crítica e relacional dos sujeitos sociais envolvidos, de forma a indicar as intencionalidades e direções a seguir no ambiente escolar.

1.1 A construção do Projeto Político Pedagógico

Construir um Projeto Político Pedagógico na escola requer pensar em uma escola de qualidade e em um planejamento participativo, em que seus agentes tenham clareza das decisões, princípios e da organização dos trabalhos pedagógicos, visando a autonomia e a participação de todos nos projetos de modo a superar as problemáticas do contexto escolar.

A construção do PPPE pode ser desenvolvida em algumas fases. Santiago (2009, p. 101) define esta construção em quatro fases articuladas e transversalizadas: 1) a análise da realidade ou situação escolar; 2) discussão da situação escolar-tomada de decisões; 3) efetivação-vivência das decisões tomadas para o funcionamento da escola; e 4) acompanhamento e avaliação das decisões e práticas.

A primeira etapa, a análise da realidade escolar ou situação escolar, se refere ao trabalho inicial de coleta, produção e tratamento das informações referentes a organização, conflitos e dinâmica escolar em suas distintas dimensões. É um trabalho que permite produzir e reunir as informações sobre a escola e sua representatividade para com os agentes sociais, além de compreender quais os recursos em que dispõe para organizar e desenvolver as situações de ensino-aprendizagem, os resultados escolares e o impacto social da mesma (SANTIAGO, 2009, p.102).

A segunda etapa, nomeada por discussão da situação escolar, ou seja, tomada de decisão e definição de prioridades e metas para o trabalho escolar, compreende a sistematização das informações produzidas visando a representação da instituição escola, suas condições de funcionamento e o trabalho pedagógico. É nela que é possível identificar as concepções e interesses que caracterizam os sujeitos sociais da escola. “É o confronto de concepções e interesses na tomada de decisões que ganham forma de metas, objetivos, prioridades e

medidas para a escola. É a fase de configuração da intervenção pedagógica, da ação do coletivo” (SANTIAGO, 2009, p. 104)

A terceira fase, efetivação-vivência das decisões tomadas para o funcionamento da escola, materializa as intenções do coletivo da escola, com vista a atender a educação como direito, afirmando ou negando tal perspectiva, construindo o processo democrático na escola.

É nessa fase que a teoria pedagógica, a base material e prática pedagógica constituem um todo e afirmam o Projeto Político Pedagógico da Escola como responsabilidade política, social, pedagógica e profissional. [...] A forma de organização do trabalho pedagógico, as rotinas, as tentativas de superação das dicotomias e fragmentações ganham visibilidade na vivência pedagógica (SANTIAGO, 2009, p. 105)

A quarta e última etapa, acompanhamento e avaliação das decisões e práticas, é por ela que é desencadeado o processo de formulação do PPPE.

Compreendendo estas fases, o PPPE precisa ser entendido não como um processo burocrático, mas como um processo dialógico, de tomadas de decisões coletivas que é ao mesmo tempo um modo de pensar, é uma construção cultural escolar com o trabalho coletivo na perspectiva do direito, em um discurso e prática crítica e autônoma com vistas a articular as dimensões de globalidade e particularidade da escola. Assim, pensando em uma vivência de aproximações entre o discurso e a prática, salientando a prática pedagógica que se realiza na escola; a concepção de educação; a ideia de tarefa social da escola; o trabalho que se realiza na instituição; as intenções de trabalho na escola e os resultados escolares produzidos.

Ao ser construído de forma democrática, o PPPE ajuda a escola a delinear sua identidade, em que a intervenção participativa é sua maior marca. Logo, o mesmo deve envolver os anseios e os ideais da comunidade escolar, permitindo a solução de problemas e construção do conhecimento. É um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando as exigências legais do sistema educacional, bem como suas necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar.

2. UM OLHAR SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CMEI

A documentação do Projeto Político Pedagógico tem como objetivo propor que a escola defina seus interesses organizacionais dispondo de metas, orientações e compromissos a serem almejados para os anos letivos. O PPP do CMEI é produzido de forma coletiva e colaborativa por aqueles que vivenciam a construção pedagógica escolar: profissionais da instituição superior da Universidade Federal de Pernambuco, Conselho Escolar, professores,

gestão e familiares, por meio de reuniões e debates para se certificar de que a elaboração desse projeto garanta as normas definidas pelas instâncias superiores e órgãos normativos responsáveis pela escola, a fim de garantir o direito à educação a todos que usufruem da instituição.

Visto isso, percebe-se que esta documentação é uma das formas de garantir a organização das ações e ideais da instituição. Por isso, o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada está composto pelos seguintes pontos:

1. Base legal, que auxilia para o norteammento do desenvolvimento das ações educativas que foram planejadas e sistematizadas ao documento, assim como define alguns princípios obrigatórios seguidos por lei e também aponta dois modelos educacionais principais que regem a instituição, sendo estes a Educação Ambiental e a Educação Inclusiva;
2. Caracterização do entorno escolar, assim como também da unidade escolar, tem como papel descrever a localidade em que a escola está inserida, a comunidade a qual a escola atende, detalhar a organização escolar, estrutura física, quadros de funcionários e alunos, equipamentos, recursos e o Conselho Escolar;
3. Princípios educativos, ao assumir e descrever esse ponto, a instituição assume a responsabilidade de desenvolver todas as ações propostas pelo projeto tendo como base alguns conceitos assumidos pela escola e determinadas pela lei como relevantes, como, por exemplo, os conceitos de participação, autonomia, ludicidade e cidadania, entre outros citados no documento;
4. Ações e projetos para o ano letivo que tem como intencionalidade esclarecer a previsão dos desempenhos que foram planejados para a instituição, além do papel de informar os avanços e as ações a serem priorizadas e investidas.

Nota-se, no que diz respeito ao princípio participativo (família-escola), o documento em diversos tópicos faz referência à efetivação do mesmo, desde a produção do próprio documento às ações planejadas para os anos letivos, por meio de reuniões, debates, aulas, atividades extraclasse, para as decisões relacionadas à vida na escola, como os conteúdos, processos de ensino, atividades escolares e avaliações que contribuam com a aprendizagem qualitativa daqueles que demandam.

Além disso, observa-se um fator interessante no ponto em que são descritos os princípios básicos da instituição, onde as falas dos familiares são tomadas como citações para a concepção dos conceitos fundamentais da instituição. Pode-se entender, portanto, que as noções participativas estão presentes em vários aspectos da documentação da escola, que se torna um aspecto efetivo e significativo dentro das organizações base dessa instituição.

2.1 Calendário 2018- 2019 – Ações e projetos

O registro do PPP da escola está em exercício desde o ano de 2018. A partir disso, verificamos as propostas a serem realizadas do primeiro semestre, dentre as quais se apresentam os cuidados com a saúde, que são compostos de cuidados alimentares, higiene, descanso, vacinas e entre outros; as rotinas de horários para a organização tanto do quadro de funcionários quanto para os familiares e alunos; os limites, como noções comportamentais para uma boa convivência; a organização dos ambientes para a disposição entre os grupos ofertados, efetuado no plano de aula e sua competência encarregada para determinado ambiente; a família no ambiente escolar, mais um ponto identificado de preocupação com a efetivação da participação dos familiares, se dando a partir da adaptação, diálogos e permanência no espaço escolar; o planejamento de atividades, organização do planejamento coletivo e individual seguindo o calendário da rede; a avaliação das crianças, registros e relatórios feitos para identificar a evolução dos alunos; e as ações inclusivas, voltando a atenção para as atividades que visam incluir aqueles que possuem necessidades específicas.

Ademais, constata-se que, no sentido interativo com a família, o documento prova que a escola é aberta para a entrada e a participação efetiva dos pais, mas há uma sinalização dos limites de permanência na instituição para que não venham a ocorrer prejuízos diante da rotina escolar. Do mesmo modo, mostram-se indispensáveis as ações planejadas como, por exemplo, momentos de diálogo e atendimento aos responsáveis para a definição das especificidades de cada família.

Diante das ações, outro ponto que se revela interessante são os registros e relatórios feitos pelos docentes e pela gestão, que se tornam um meio de cuidado com o que é feito e posteriormente passado para a família de forma que acompanhem todo o desenvolvimento das crianças. Busca-se, desse modo, envolver os responsáveis nas experiências vividas pelos alunos. Por esses motivos, foi definido que no primeiro semestre de 2019 que o registro escrito precisa conter a diagnose de cada criança, sua adaptação, sua relação com a família e as vivências e festividades que ocorreram dentro desse tempo. Sabendo que o retorno de todo o conteúdo registrado será apresentado aos pais e responsáveis no Plantão Pedagógico, ao final de cada semestre será avaliado o andamento coletivo e dos pequenos grupos. É considerado, também, que os registros serão avaliados anteriormente por todos os profissionais pedagógicos da escola, no período bimestral, onde, no Conselho Pedagógico, poderão ser exercidas as trocas de ideias para os assuntos relevantes de cada pequeno grupo e

também do grande grupo, para o resultado final possa ser exibido para os familiares posteriormente.

Para o calendário do primeiro semestre está indicado que eram previstos os seguintes eventos: reunião dos pais novatos, reunião dos pais para os acordos pedagógicos, Carnaval, Páscoa, reunião dos pais, Plantão Pedagógico, festa da família e Festejo Junino. No entanto, não tivemos acesso aos documentos que registrassem a efetivação das reuniões previstas no Projeto Político Pedagógico.

2.2. Como identificamos o Projeto Político Pedagógico no dia a dia da escola

No que pudemos observar diante das visitas feitas ao CMEI, foram encontradas diversas ações visando a efetivação das orientações previstas no registro da escola, sendo elas:

1. Os informativos presentes em todas as paredes da instituição, sejam na entrada, nos corredores, nos murais e nas salas, que comunicam os avisos, agendas das salas-ambientes, planejamentos, aniversários, entre outras informações;
2. Os calendários, que também estão espalhados na escola, mas contendo um calendário mensal de destaque dentro da sala da gestão que permite a visibilidade de todos na entrada. Esse, por sua vez, pontua os acontecimentos previstos para todos os dias e o planejamento mensal da rede e da instituição escolar, como por exemplo: greve geral, Festa Junina, assembleias e reuniões de pais;
3. Registros por meio de fotos localizados nas paredes da escola, que evidenciam os acontecimentos do CMEI, como festividades, Conselhos Pedagógicos, rotinas, experiências, momento especiais para a escola e projetos que estão sendo colocados em prática;
4. Produções dos alunos, que são expostas de acordo com a temática vivenciada por eles, vistas em sala e nos corredores, como, por exemplo, produções artísticas (como pinturas e desenhos) e quadros de opiniões das crianças feitos por meio de votações.

Identificamos na postura dos profissionais atuantes na escola o Projeto Político Pedagógico, pois evidenciamos a abertura para pesquisadores e estudantes de nível superior, parceria da escola prevista no documento, como também a disponibilidade para o atendimento à comunidade e aos familiares, além da clareza na atuação pedagógica com as crianças.

Essas formas observadas no dia a dia de fato funcionam, pois, no que foi possível perceber, a escola é aberta à entrada de todos aqueles que também formam o corpo escolar: comunidade, familiares, profissionais e alunos. Em todas as visitas tivemos a oportunidade de observar os pais e responsáveis presentes no momento da entrada, podendo circular livremente pela

escola, dialogar com os diversos profissionais da instituição e permanecer o tempo que acharem necessário para o melhor acolhimento da criança. Fica provado, portanto, a existência de um dos princípios fundamentais previstos para a efetivação da gestão democrática: o princípio da participação.

3. RESULTADOS DA PESQUISA

Para o objetivo desse estudo, fora analisado o Projeto Político Pedagógico enquanto documento escrito e vivência prática. Com base nessa análise e nas entrevistas informais com alguns pais, identificamos que a relação que o CMEI vivencia é muito bem estruturada e definida. Diante disso, vamos dispor dos resultados fazendo um panorama entre o que diz a teoria e o que nos mostra a prática.

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico, percebemos facilmente que essa instituição dá uma abrangência e uma importância enorme à participação dos pais. Como já foi analisado anteriormente, o PPP conta com sugestões e comentários das famílias sobre boa parte das decisões a serem tomadas e planejadas, ou seja, existe uma contribuição muito grande dos pais dos estudantes na elaboração do projeto.

Dentro do documento escrito, existe o que a instituição definiu como “grupo de trabalho (GT)” dedicado exclusivamente a planejar as propostas pedagógicas do CMEI. Dentre esses, há um grupo exclusivo responsável por elaborar projetos que vão incluir cada vez mais a família no ambiente escolar.

Vemos, então, explícito no documento uma linha de planejamento das ações do CMEI para com as famílias, contendo as propostas e as ações a serem executadas durante o ano de vigência do documento, além de ter como pressuposto alguns pontos negativos que podem vir à tona mediante a execução das ações.

O primeiro ponto a ser abordado na relação família-escola é o da adaptação das crianças. O documento ressalta um dos primeiros desafios da criança, o desprendimento da família para encarar a nova rotina da escola, adaptar-se ao ambiente e as pessoas. Sabendo que os pais são peça fundamental nesse processo, o CMEI propõe um período de 15 dias para adaptação das crianças com a presença dos pais, além de frisar que essa presença trará mais tranquilidade na prática dos educadores. Em contrapartida, o próprio documento já exprime que essa abertura do CMEI para receber os pais e prezar pela sua permanência nesse período inicial pode ocasionar alguns pontos negativos, tais como famílias inseguras e falta de limite por parte das

famílias após o período de adaptação. O próprio PPP, desse modo, já propõe as soluções para esse possível problema: manter diálogos permanentes com as famílias.

Com base nesse exemplo, podemos entender, então, que o documento prevê as ações, a execução e as possíveis implicações já acompanhadas de suas devidas resoluções.

Quando vamos para a prática, a nossa observação nos confirma que, diferente da maior parte dos centros de Educação Infantil, nesta instituição os pais realmente têm a liberdade de estar presentes até dentro da sala de aula, em alguns casos, no período de adaptação das crianças. Essa tese também foi confirmada pelos pais. De acordo com uma mãe, a relação é “muito boa... muito boa mesmo, aqui eu fico à vontade para entrar e ir embora quando meu filho estiver mais confortável”. Outro pai entrevistado acrescenta que a relação é “excelente, aqui é muito aberto”.

Além das ações previstas nos grupos de trabalho, há uma proposta que é de responsabilidade de toda escola: as reuniões pedagógicas. O CMEI nos mostra de diversas formas que se importa em manter uma relação clara e próxima com as famílias, portanto prevê a realização de reuniões pedagógicas durante o ano, cada uma com um objetivo diferente. Para o 1º semestre foram agendadas três reuniões, sendo a primeira para pais novatos, a segunda para acordos pedagógicos e a terceira um plantão pedagógico com o tema “mordidas”. Os pais são frequentes nessas reuniões, todos os temas abordados aparentam ser chamativos e de sumo interesse das famílias. Os pais reconhecem a importância dos temas das reuniões, para eles elas “tratam sobre tudo, rotina, malcriação, adaptação, as coisas que aconteceram e deram certo e as coisas que deram errado, etc”.

O projeto escrito traz alguns objetivos para a relação das famílias com a escola, alguns deles são: trabalhar nas famílias a confiança no espaço e nas pessoas; exposição do trabalho das crianças para a família e à comunidade; auxiliar as famílias na escolha de outras unidades quando as crianças concluírem o Grupo 4.

Constatamos que o CMEI tem uma relação teórica e prática muito boa com as famílias, atestando isso no documento e na vivência que observamos no dia a dia da instituição. Da portaria à gestão, todos os segmentos do Centro se importam em fazer com que as famílias estejam à vontade no ambiente escolar e se façam parte fundamental dos processos de adaptação e de desenvolvimento das crianças. É uma relação exemplar e exitosa com uma práxis admirável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa de educar é uma via de mão dupla de incumbência tanto da família quanto do seio escolar. É nessa perspectiva que abordamos a relação escola-família, como forma de desmistificar a ideia de que somente a escola deve ensinar valores e visões de mundo. O processo de formação da cidadania, do raciocínio crítico e de vieses que orientem um construto intelectual demanda que a educação se desenvolva em consonância com a realidade social em que o sujeito está inserido. É dessa forma que a aprendizagem se torna significativa. Dado o que foi exposto, compreendemos que o CMEI pesquisado tem uma abordagem muito positiva no que diz respeito ao princípio da participação. Tanto o relacionamento interno quanto o externo são bastante valorizados na instituição. A participação dos pais e responsáveis é garantida no Projeto Político Pedagógico da escola e assegurada em suas práticas, atestado pelas vivências que pudemos experimentar durante o semestre. Além disso, a participação da comunidade do entorno é significativa principalmente pela interação entre os estudantes e professores da UFPE com a escola. É estabelecida uma relação de troca proveitosa tanto para a universidade quanto para a escola, onde diversos trabalhos são feitos visando melhorias na instituição e em suas práticas.

É importante salientar a relevância de percebermos o que é proposto no papel sendo visto na prática. É nesse ponto que se dá a materialização da gestão escolar, quando, no chão da escola, vemos a efetivação de projetos e políticas. Através da presente pesquisa constatamos que a escola não tem discursos dúbios, onde o que é proposto não é posto em prática e o que é posto em prática não é o que foi proposto.

Além disso, apesar de o PPP da escola datar do ano de 2018, compreendemos que ele é um documento maleável que está disposto a constantes alterações, revisões e consultas de acordo com as necessidades da instituição e dos sujeitos que a compõem.

Ademais, vivenciamos que o discurso não é somente aquilo que é falado, tornando-se real nas ações realizadas pela escola e demonstrando-nos a sua marca identitária, a lente através da qual a gestão daquela instituição vê o processo educativo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A.S (Orgs). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. 4º ed. São PAULO: Cortez, 2004.

BRASIL. LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p

BORDINGNON, Genuino. GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da Educação: o Município e a Escola. In: FERREIRA, Naura S.C. AGUIAR, M.A.S (Orgs). Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. 4º ed. São PAULO: Cortez, 2004.

BOTLER, Alice Happ (Org). Organização, Financiamento e Gestão Escolar: subsídios para a formação do professor. Recife-PE: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

FICAGNA, Roselaine Casagrande. O Projeto Político Pedagógico e sua importância em uma gestão democrática. Monografica: Universidade Federal de Santa Maria. Constatina, RS-Brasil, 2009.

HORA, Dinair Leal da. Gestão democrática na escola. 9º ed. Campinas, São Paulo: PAPIRUS, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2009

MACHADO, Laêda Bezerra, SANTIAGO, Eliete (Org). Políticas e gestão da educação básica. Recife, Editora Universitária, 2009.